

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que se encontravam ausentes os Senhores Presidentes da União de Freguesia de Gebelim/Soeima e da Junta de Freguesia de Vilarchão, fazendo-se representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, os Senhores Domingos Dinis Félix e Hélder José Pires, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estavam presentes as atas da quarta e da quinta sessões ordinárias, realizadas nos dias nove de setembro e doze de dezembro de dois mil e dezassete, respectivamente, para serem submetidas a aprovação, tendo sido deliberado o seguinte: -----

----- 1. Aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor, uma abstenção do Senhor Deputado Eduardo Almendra e zero votos contra, a ata da quarta sessão ordinária, tendo apenas participado na apreciação e votação desta ata os Senhores Deputados que na altura integravam a Assembleia Municipal; -----

----- 2. Aprovar, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, duas abstenções, dos Senhores Deputados Adriano Andrade e Ricardo Pimentel e zero votos contra, a ata da quinta sessão ordinária. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que lhe foi entregue pela bancada do PS uma moção de apoio ao movimento pelo interior em nome da coesão, pedindo à representante da bancada do PS para fazer a sua intervenção. Interveio a Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva referindo que o PS teve conhecimento da existência desta moção que foi construída com o intuito de contribuir para a criação de políticas públicas que contrariam ou atenuem alguns problemas de baixa densidade e parece-lhe pertinente submetê-la à aprovação da Assembleia, dando assim um apoio do Município de Alfândega da Fé a este trabalho. De seguida, procedeu à leitura da moção, da qual vai ser arquivada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete membros presentes, aprovar a moção apresentada de "Apoio ao Movimento pelo Interior em nome da Coesão". -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, começando por referir que tinha duas questões a colocar. A primeira tem a ver com o Orçamento Participativo Jovem, porque realmente, em 2015 e 2016 e agora em 2018 parece que voltará a haver candidaturas, pergunta porque não houve em 2017. A segunda questão tem a ver com a Alfandegatur, ou seja, tendo em conta a relação contratual em que a perspectiva é de facto a Câmara sair do empreendimento, pergunta se já existe alguma data prevista e se já é possível saber como vão os saldos da Alfandegatur em si, se os balancetes apresentam saldos positivos ou negativos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondendo ao Senhor Deputado Gabriel Martins, começou por referir que em 2017 a Câmara não promoveu o Orçamento Participativo Jovem nem Sénior, exatamente por ser ano de eleições, por um

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

lado e podia ser considerado que se estava a promover um orçamento que depois poderia ser aprovado e eventualmente o atual Executivo já não estar em funções. Outra razão que levou a não promover esse Orçamento tem a ver com o facto de se ter andado a fazer todo um trabalho de alteração ao Regulamento Participativo Sénior e Jovem e agora vai passar a haver um Orçamento Participativo Geral. Disse, também, que foi adquirida uma aplicação que já está no site e vai ser posta em funcionamento para permitir que as pessoas possam votar, porque neste Orçamento Participativo Geral qualquer munícipe pode fazer propostas. O regulamento que está no site já foi aprovado na Assembleia Municipal no anterior mandato e vai permitir não só alocar mais dinheiro ao Orçamento participativo, mas também todas as pessoas vão poder votar e fazer propostas. Continuando, disse, essas propostas vão estar todas no site nessa aplicação, as pessoas vão poder votar online, ou seja, houve aqui todo um trabalho que foi feito durante o ano de 2017 que justifica ter-se parado durante um ano os Orçamentos Participativos. Informou também que foi criada uma equipe mais alargada resultante da experiência anterior, onde foram incluídos mais técnicos da Câmara, porque há várias fases: uma fase em que se vai fazer a divulgação, uma fase de apresentação de propostas e depois uma fase de análise de propostas. Nesta última fase, muitas vezes, como as propostas são obras, foi incluída na equipe, uma engenheira da Divisão de Obras e alargou-se a equipe para que as propostas sejam mais rapidamente analisadas. Referiu que foi todo um trabalho que foi feito e que vai permitir consolidar o orçamento participativo, alarga-lo a todos os municípios e todas as fases do processo vão estar na plataforma do Orçamento Participativo, que podem ser consultadas por todas as pessoas, por forma a aumentar a transparência do processo. -----

----- Em relação à Alfandegatur, a Senhora Presidente disse que quando a Câmara vendeu a empresa, ficou com 3,5% porque foi uma exigência da banca, como já teve oportunidade de explicar, mas no contrato que foi feito está bem explicado e escrito que a Câmara não participa nem nos prejuízos nem nos lucros, nem na gestão. A gestão é feita pelos privados que assumiram a Alfandegatur e a maioria do capital social e está dito que uma vez resolvido o problema com a banca, a Câmara cederia esses 35%, por um euro, porque na verdade o objectivo sempre foi vender a Alfandegatur pela dívida e o Município sair do capital social. Na altura não foi possível porque a banca exigiu que o Município ficasse como garantia e foi essa a razão porque o Município ficou, mas no contrato que foi feito, uma vez resolvido o problema da dívida, o Município sai e cede os 35% por um euro. Sobre se a Alfandegatur tem lucros ou prejuízos, como a Câmara não participa na gestão e neste momento ainda não foi feita a assembleia de prestação de contas e ainda não tem esses números, mas, no entanto, teve a curiosidade de ir acompanhando e perguntando e, tanto quanto lhe disseram, a previsão é que se passe o ano na Alfandegatur sem prejuízos, o que é muito bom, e também mostra que uma gestão muito mais apertada, porque as pessoas que estão a gerir estão lá todos os dias, controlam mais, têm feito um bom trabalho e se conseguir passar sem prejuízos, isso é bom para a Alfandegatur nos vários pontos de vista, nomeadamente, até no acesso a candidaturas, porque uma empresa que tenha prejuízos não pode aceder a candidaturas, seja do PO NORTE, seja do COMPETE, seja de outro tipo de candidaturas. -----

----- Posteriormente, interveio o Senhor Deputado Orlando Borges, começando por se referir à Montaria realizada em Agrobom, que foi um evento com muito sucesso e, tendo lá estado, queria deixar o reconhecimento porque ouviu dizer a muita gente que seria uma das melhores manchas da Europa, o que é bom ouvir. Deu depois uma nota de reconhecimento à Associação de Caçadores, à União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, à União de Freguesias de Gebelim/Soeima, ao Clube de Monteiros, aos agricultores em especial, porque salvaguardam um bocado a caça, têm alguma cautela quando é na altura da montaria, em não fazer grandes trabalhos na agricultura, naquela zona, e enaltecer o trabalho do Executivo em conjunto com os Bombeiros, naquilo que foi a prevenção dos incêndios, pois toda a gente sabe que este foi um ano em que todo o país foi assolado pelos incêndios, a Serra de Bornes também foi contemplada com esse infeliz incidente, mas o que é certo é que aquela mancha foi salvaguardada com sucesso, quando não, hoje não se estaria a falar do sucesso que foi esse evento. Continuando, e referindo-se ao regadio, disse que como todos sabem, há dois projectos aprovados no Concelho, um deles Vilarchão/Parada, que é um desejo de mais de 40 anos, o projecto está aprovado, outro é o regadio da Camba, cujo projecto está em fase de adjudicação, que vai permitir reabilitar o regadio já

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

existente, já muito velho, dando os parabéns ao Executivo por esse trabalho. Perguntou, depois, se em relação ao regadio da Camba falta muito para começar a obra. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, e, respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Orlando Borges, começou por realçar o anúncio que o Senhor Ministro da Agricultura fez na Feira do Fumeiro, em Vinhais, onde anunciou a vinda de 50 milhões de euros de investimento para a região para a área do regadio e a verdade é que cerca de metade desse valor (25 milhões) são para projectos no concelho de Alfândega da Fé. Isto não aparece por acaso, disse, isto aparece de facto porque houve trabalho nos últimos anos, houve uma estratégia, houve vários projectos, quer em Alfândega da Fé, quer na Camba, em Vilarchão/Parada e na Vilarça e o Município está agora a recolher esses frutos. Relativamente aos projectos em si, em Alfândega da Fé há um projecto para iniciar que é a reabilitação do circuito hidráulico da adução de água à barragem da Esteveinha, ou seja, todos os canais vão ser reabilitados e vão ser aumentados para que a afluência de água seja maior e mais rápida, para que a barragem encha mais rápido e esta obra vai ter início no mês de abril, tendo já sido adjudicada, aguardando-se o “visto” do Tribunal de Contas, sendo este investimento na ordem de 1.200.000 euros. Quanto ao projecto da Camba disse que o mesmo já está aprovado, já esteve em concurso público, já está adjudicado, estando agora em vias de ser enviado para o Tribunal de Contas, prevendo-se que a obra se inicie em abril ou maio. Referiu tratar-se de um investimento de cerca de 7.000.000 de euros, prevê a reabilitação de toda a rede de rega da Camba que abrange as aldeias de Agrobom, Valpereiro e Saldonha, numa área total de trezentos e vinte hectares, e também a adutora principal que vem da barragem da Camba até à ETA. Disse que essa conduta vai ser reabilitada e vai ficar com um diâmetro para para permitir que quando vier aprovado o projecto de Vilarchão/Parada, se construa a Barragem em Gebelim e depois a partir da ETA de Valpereiro nasça uma nova adutora que leve também a água a Vilarchão/Parada. Continuando, o Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que o projecto Vilarchão/Parada está em fase de análise, foi feita a candidatura e as informações que a Câmara tem e pelo anúncio do Senhor Ministro é que esta candidatura irá ser aprovada. Referiu que o projecto abrangerá uma área de cerca de 500.000 hectares, será uma obra de 15.000.000 de euros, o que significa que dentro de três ou quatro anos se venha a duplicar a área de regadio no Concelho de Alfândega da Fé, por isso é um plano estratégico, é uma verdadeira política de combate à desertificação, ao despovoamento, à fixação dos jovens e à melhoria do rendimento dos agricultores. -----

----- Posteriormente, interveio o Senhor Deputado Gabriel Martins, voltando ao Orçamento Participativo Jovem, a Senhora Presidente falou do início das obras do parque infantil, mas em relação a 2015 não se disse nada. Parece-lhe que foi o hostel de Valpereiro que ganhou, para onde terão sido remetidas verbas, segundo pensa, pelo que pergunta se de facto foram remetidas verbas, qual o ponto da situação, se já teve início, se findou, se foi acompanhado, se há algum relatório sobre essas verbas doadas. No que respeita à resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara sobre a Alfandegatur, disse que tinha a ideia que a Alfandegatur era para extinguir, mas neste momento não ficou com essa ideia, na medida em que ouviu falar em novas candidaturas, pelo que agradece que isto seja explicado. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, falando do Orçamento Participativo Jovem, disse que quem ganhou em 2015 foi o hostel em Valpereiro. Esse investimento era de 10.000 euros que é um investimento pequeno e é o previsto, e não foi feito no local que estava previsto e foi feito o investimento na escola. Disse que era para ser feito no local onde já está o Lar da 3ª idade que foi encerrado e que depois o edifício ficou sem grande utilidade, e que a pessoa interessada teria falado na altura com o Padre Nelson para ele alugar aquele espaço uma vez que a Comissão Fabriqueira era a proprietária para fazer o tal hostel. Acontece que numa primeira fase o Senhor Padre disse que sim e depois disse que já não ia fazer esse aluguer e então os 10.000 euros foram canalizados para a escola, que foi acrescentada, mas o dinheiro não deu para fazer tudo. Disse que neste momento a Câmara tem um projecto, tendo em vista a apresentação de uma candidatura, eventualmente ao Valorizar, mas ainda não está completamente decidido porque existe uma proposta de se fazer lá uma coisa mista, ou seja, um lar e um alojamento turístico, e essa proposta seria, sem que a Câmara tivesse que pôr dinheiro ou tivesse que pôr uma percentagem pequena, e se a Câmara conseguir esse investimento, evitaria gastar lá dinheiro. Disse que a população de Valpereiro sempre ficou com pena de o lar ter sido fechado, o qual foi fechado porque necessitava de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

obras que nunca foram feitas, o que obrigou a que a Santa Casa tivesse que trazer os idosos para o Lar de Alfândega da Fé. Referiu que gostaria de concretizar o objectivo de ter um lar em Valpereiro e que para isso está-se a tentar arranjar financiamento. Referiu também que existe alguma possibilidade de arranjar esse financiamento, está-se a aguardar se vai só terminar as obras e candidatar ao Valorizar e fazer um investimento só na área do Turismo ou se vai fazer também acrescentar a valência do Lar. -----

----- No que respeita à Alfandegatur, a Senhora Presidente da Câmara disse que é uma empresa que é dona do Hotel, a Câmara não vendeu o hotel, mas sim a empresa, que continua a existir, e vai continuar a existir, mas depois a Câmara já não vai ter nada a ver com a empresa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21/02/2018, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara remeteu os Senhores Deputados para a leitura da referida informação, que reflecte o trabalho realizado pelas diferentes unidades orgânicas e serviços, desde a última sessão da Assembleia Municipal e informa sobre a situação financeira do Município, dando algumas explicações de índole genérica sobre as várias actividades desenvolvidas. -----

----- 2. COMISSÃO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DO ANO DE 2017 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra informando que este relatório é só para conhecimento e que se algum dos Senhores Deputados depois de o lerem pretendam algum esclarecimento, os membros da Comissão para a Protecção de Crianças e Jovens do Concelho poderão estar presentes numa próxima sessão, devendo para o efeito dirigir esse pedido ao Senhor Presidente da Assembleia, aliás, como já acontece noutras alturas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório supra mencionado. -----

----- 3. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE 2017;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que o Relatório em epígrafe deriva de um imperativo legal que obriga a que se faça este relatório nos moldes em que ele é feito. Este relatório e a lei pretendem que a oposição tenha determinado tipo de direitos, salvaguardar o seu estatuto em termos de serem consultados, terem direito à informação e outras questões que estão na lei, sendo obrigatória a apresentação deste relatório todos os anos. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar o Relatório supra mencionado. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Luís Miguel Mascarenhas por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- 4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO PARA 2018;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, a Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que foi possível fazer esta alteração à estrutura orgânica porque foi alterada a legislação. Com o Governo anterior, disse, houve muitas restrições, além de ter havido muitos cortes nas receitas, também houve muitos cortes na gestão. Houve uma intromissão na autonomia das autarquias em geral, embora conforme a Constituição, as autarquias são instâncias de poder autónomo. Com o último Governo foram feitas uma série de leis que limitaram a autonomia das Câmaras Municipais, além de terem sido decididos vários cortes nas receitas. Uma das leis que foi feita é que as Câmaras em termos de chefias de acordo com o número de habitantes só poderiam ter um determinado número de chefes, o que levou a que a Câmara de Alfândega durante 3 ou 4 anos tivesse toda a Divisão Social sem Chefe de Divisão. Tinham-se Chefias de Divisão na

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Divisão Administrativa e Financeira, na Divisão de Obras e na Divisão de Urbanismo e não se conseguia ter chefia na Divisão Social porque a lei não o permitia. Disse que se teve alguma sorte porque a anterior Chefe de Divisão continuou a fazer as funções de chefia sem ser chefe, mas isso apesar de tudo, criou dificuldades na gestão, porque, por exemplo, os Chefes de Divisão são responsáveis pela avaliação, de acordo com o SIADAP das pessoas que estão na sua Divisão, o Executivo, neste caso, a Presidente da Câmara, é só responsável pela homologação das avaliações. Disse que agora o actual Governo está gradualmente a tirar essas restrições à autonomia e também a devolver os cortes que foram feitos. Apesar de já ter havido uma devolução a partir de 2016 dos cortes, ainda não se está a receber o que se recebia em 2010 de mais de seis milhões, porque houve muitos cortes, no caso do nosso Município de mais de um milhão de euros por ano. Disse, também, que o Governo não está só a devolver os cortes dos vencimentos, também está a devolver os cortes nas receitas das autarquias e, mesmo assim, o Município ainda não está ao nível de 2010, talvez para o ano se consiga lá chegar. Considerando que se está a repor a normalidade entendeu-se, porque já se pode, fazer uma nova estrutura orgânica, repor a Divisão Económica e Social e criar mais duas divisões intermédias, que já existiam, havia uma divisão intermédia para os recursos humanos que teve que ser fundida com a financeira e agora está a ser criada uma chefia intermédia para os recursos humanos e apoio jurídico e criar outra chefia intermédia para as áreas do Turismo, Cultura e Desporto. Referiu, depois, que o restante se mantém mais ou menos como está, com alguns ajustamentos. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra dizendo que à bancada que representa se lhe figura que este Município está a começar a caminhar muito bem para a redução da dívida para se poder chegar ao tal patamar de se poder começar a descer os índices das taxas, concretamente o IMI entre outras. Disse que a criação de duas divisões vai trazer outros custos, nomeadamente, novos chefes de divisão e futuramente assessores, etc. Referiu que a bancada que representa relativamente a este ponto e só quanto à criação das duas divisões se vão abster, porque gostaria que não fossem criadas já e que se tivessem mais tempo para se conseguir mais rapidamente atingir a tão solicitada por eles a redução da taxa de IMI. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio dizendo que a proposta é para manter porque o Executivo entende que é uma forma de fazer uma melhor gestão do Município. Em relação à questão da redução da dívida, o Município é obrigado a reduzir dez por cento ao ano e é com isso que se tem de comprometer e não é isto que vai pôr em causa a redução da dívida. Continuando, disse que considera que para uma boa gestão do município esta estrutura orgânica vai facilitar a gestão e vai voltar a haver responsáveis pelos serviços porque não pode ser o Executivo a gerir directamente os colaboradores. Há aqui também alguma racionalidade, que embora isto possa ter um pouco mais de custos, também trará proveitos numa melhor gestão da autarquia, uma gestão racional e uma gestão que não ponha um vereador a fazer avaliações do SIADAP porque não é isso que está previsto na Lei, ou por um vereador a dar ordens directas aos colaboradores e a fazer os planos da Divisão. Enfim, disse, há uma série de questões da gestão que implica que haja uma estrutura que tenha um mínimo de racionalidade e não faz sentido ter uma parte da autarquia que não tem nenhuma chefia. Considera que esta proposta é equilibrada, é uma proposta que corresponde às necessidades de gestão do Município e que permitirá uma melhor gestão. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções, dos Senhores Deputados António Serra, Gabriel Martins, Susana Guerra, Bruno Rachado, Adriano Andrade, António Pacheco, Rui Araújo, Carlos Pousado, Hélder Pires e André Monteiro, aprovar a proposta de alteração à estrutura orgânica do Município para 2018. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Luís Miguel Mascarenhas por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- **5. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS, ORGANOGRAMA E MAPA DE PESSOAL PARA 2018;**

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que uma vez que houve uma alteração à estrutura orgânica é obrigatório alterar o regulamento interno, assim como o organograma e o mapa de pessoal. Disse depois que o mapa de pessoal tem duas componentes, uma que tem a ver com a própria alteração do organograma e tem outra que são os lugares que se está a prever para regularizar a situação de precários que se têm tido na Câmara e que correspondem a necessidades permanentes do Município. Referiu que tem a ver com uma lei que saiu no início de janeiro e que vai permitir que os organismos públicos, seja do Governo ou seja das autarquias, possam regularizar as situações dos precários, pessoas que estejam em várias situações que estão descritas na lei, designadamente, estejam em situações de prestação de serviços, sejam CEI's, ou outros tipos de contratos de tarefa ou avença, mas que sejam identificados como correspondendo a necessidades permanentes da autarquia. Considera que é uma lei justa, pois havia muitas pessoas que estavam na autarquia em situações precárias a vários níveis e que já estavam assim há quatro, cinco e seis anos e são essas pessoas a quem se pretende regularizar a situação. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que a bancada a que pertence está sempre a tentar apelar à poupança e ao corte das despesas para se atingir aquilo que têm andado a pedir, mas quanto baste. Em relação aos precários, a sua bancada concorda que se regularize a situação de quem há muito tempo está a trabalhar e que por questões legais, questões que foram necessárias para reequilibrar as contas do país, foi necessário fazer alguma legislação que não permitia as integrações, que traziam despesas ao Estado, que tinha que sair de facto do resgate e atingir, como se conseguiu na Europa e na banca. Disse que é justo que esta gente tenha a certeza e a segurança do seu local de trabalho, até para fazer uma vida programada, estando de acordo quanto a esta matéria. Referiu, depois, que não podem concordar com a questão da criação de dois lugares de chefes de divisão, que vão ser três, porque entendem que é uma despesa que podia ser evitada para já, porque uma autarquia que se geriu tão bem com quatro divisões como até aqui, também se poderia gerir com quatro durante algum tempo. Portanto, disse, criar mais duas divisões e trazer algum custo, pelo que entendem que esta parte deveria ser retirada, a dos precários não, pois sobre isso são a favor. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que aquilo que se está a fazer em relação aos precários é completamente justo e só lamenta não poder regularizar mais, porque havia mais pessoas em situações de serem regularizadas. Isto vai ser um esforço grande para a autarquia, mas considera que até se poderá fazer menos uma obra, mas está-se a permitir que jovens se fixem nesta terra, o que para o Executivo é muito importante. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezoito votos a favor e oito abstenções, dos Senhores Deputados Gabriel Martins, Susana Guerra, Bruno Rachado, Adriano Andrade, António Pacheco, Rui Araújo, Carlos Pousado e Hélder Pires, aprovar a alteração ao Regulamento Interno dos Serviços Municipais, Organograma e Mapa de Pessoal para 2018. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Luís Miguel Mascarenhas por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- **6. PROPOSTA DE 1.º REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018 -OM|GOP 2018;**

----- A Senhora Presidente da Câmara informou que esta proposta de 1ª revisão tem a ver com os pedidos de esclarecimentos do Tribunal de Contas em relação à obra dos GIPS, que obrigou a fazer esta revisão porque houve um atraso no início da obra, que se vai prolongar por 2019, sendo esta a razão que motivou esta revisão ao Orçamento. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do plano para 2018.-----

----- Não participaram na votação deste assunto os Senhores Deputados Luís Miguel Mascarenhas e António Pacheco, por se encontrarem ausentes no momento da votação. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 7. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA, PARA O MANDATO 2017-2021;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, começando por dizer que a Resíduos do Nordeste é uma empresa intermunicipal que gere os resíduos sólidos e que houve uma alteração aos estatutos da empresa, em que as Câmaras passaram a ser os accionistas diretos, sendo que até aqui eram as Associações de Municípios da Terra Quente, da Terra Fria e do Douro Superior e, assim sendo está previsto nos estatutos que a designação do Fiscal Único seja presente às Assembleias Municipais, Referiu, depois, que também nessa alteração dos estatutos, se prevê que as águas e o saneamento passem a ser integrados nesta empresa intermunicipal para ser feita uma gestão integrada. Disse que se trata de um processo que já tinha sido iniciado, que parou na altura das eleições, dado que há decisões que têm que ser tomadas e os Presidentes de Câmara na altura não quiseram tomar por se estar próximo das eleições e que agora se vai retomar no sentido de tentar fazer uma gestão mais racional e combater o desperdício. Referiu que se está numa época de seca e está-se com um problema grave pelo que há necessidade de trabalhar para reduzir o desperdício de água e é preciso uma gestão mais profissionalizada e mais investimento, porque, no caso concreto do Município de Alfândega da Fé, a Câmara compra à empresa Águas do Norte um determinado número de metros cúbicos de água e só recebe dos municípios 40% do valor pago. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade** dos vinte e seis membros presentes, aprovar a designação de António Fernando Ledo de Matos, com o NIF 5813920, como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., para o quinquénio 2017/2021. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Luís Miguel Mascarenhas por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- 8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra, começando por dizer que todos os deputados receberam por correio electrónico a presente proposta de alteração e que este regimento já era alterado há muitos anos, tornando-se agora a alteração necessária em função da legislação publicada, que impunha que isso tivesse que acontecer, perguntando depois de haveria alguma sugestão de alteração a fazer. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Não participaram na votação deste assunto os Senhores Deputados Luís Miguel Mascarenhas e Susana Guerra, por se encontrarem ausentes no momento da votação. -----

----- 9. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTº 3º D DO DECRETO-LEI N.º 124/2006, DE 28 DE JUNHO;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começando por dizer que como se está num novo mandato, tem que ser designada uma nova Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que tem sido norma ter um Presidente de Junta nessa Comissão em representação dos Presidentes de Junta. Referiu que a lei estabelece que podem ser designados de um a cinco Presidentes de Junta para integrarem esta Comissão e que na última reunião de Câmara, atendendo aos últimos acontecimentos, relativamente aos incêndios e à necessidade de haver uma maior colaboração e articulações com os Presidentes de Junta, entendeu-se propor cinco Presidentes de Junta para o próximo mandato desta Comissão Municipal. Foram então propostos, por unanimidade, indicar os cinco Presidentes de Junta das freguesias designadas como prioritárias no combate aos incêndios e também na manutenção das matas e das florestas. Por isso, disse, acordou-se propor como representantes os Presidente da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Serra, Freguesia de Cerejais, União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde e União das Freguesias de Gebelim e Soeima. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, eleger os cinco Presidente de Junta/União de Freguesias referidas para integrarem a Comissão em epígrafe.-----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Luís Miguel Mascarenhas por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- **10. OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ZONA HISTÓRICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO;**

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que o Município tem aprovado um Plano de Reabilitação Urbana, sendo uma área que foi definida para fazer reabilitação urbana, que foi obrigatório para o Município poder fazer candidaturas para as áreas mais antigas e também permitir que as pessoas particulares que vivem nessa zona reabilitem as suas habitações, com algumas vantagens, que estão definidas nesta ORU, que no fundo é uma operacionalização do plano, que tem uma série de regras. Os particulares podem reabilitar as suas habitações, tem vantagens porque pagam menos IVA, têm isenção das taxas municipais e poderão vir a ter isenção de IMI, que neste momento não têm porque foi dado um parecer em que o Município não o deveria fazer pelo facto de estar em excesso de endividamento. Disse, depois, que futuramente poderá a situação ser alterada e ainda beneficiar mais as pessoas que fizerem a reabilitação na parte antiga da vila. Referiu que naquela zona estão identificadas todas as casas e os seus proprietários, que essencialmente são pessoas com uma certa idade e outras até já morreram e há muitas casas que estão abandonadas. Disse, depois, que o objectivo é facilitar a reabilitação privada, ou do proprietários, ou o proprietário vender para reabilitar para arrendar, tendo já sido feitas reuniões com os proprietários e com empreiteiros para explicar as vantagens de comprar algumas habitações nesta área e reabilitá-las para arrendar. Por outro lado, também o Governo tem um instrumento financeiro, que é um empréstimo bonificado em termos de juros, foi aberto um concurso para as instituições bancárias que estavam interessadas em participar neste instrumento que se chama IFRU e foram seleccionadas o BPI, o Santander e o Millennium BCP. Referiu que isto é vantajoso porque vai permitir que os juros sejam mais baixos, porque o Governo põe metade do valor, o banco põe outra metade, isto é um empréstimo do BEI e os juros são praticamente zero por cento e isso vai permitir que os juros do banco normais que serão de 3% passem a 1,5%/1,4%, e também permite carência enquanto decorre a reabilitação. Continuando, a Senhora Presidente da Câmara referiu que quem estiver interessado deverá dirigir-se à Câmara Municipal e falar com o Arquitecto Fernando Antunes ou com a Divisão de Urbanismo e Ambiente para obter informações, porque quem quiser aceder a este instrumento tem que ter um parecer do Município. Disse que o regulamento que está presente é obrigatório e é para aprovar, de forma a tentar-se que a parte antiga da vila deixe de ter aquelas casas abandonadas e seja mais dinamizada em termos de habitação e eventualmente comércio, e levar mais jovens para a parte mais antiga da vila que depois de reabilitada está a ficar muito bonita e isso pode atrair pessoas. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 10 à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar a Operação de Reabilitação Urbana da Zona Histórica de Alfândega da Fé. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve intervenções. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)